

TERRITÓRIO QUE PRODUZ VIDA: Organização social e produção local de

comunidades tradicionais na Resex Tauá-Mirim

Luana Appel dos Santos¹ Madian de Jesus Frazão Pereira ²

RESUMO

Este trabalho surge no âmbito das atividades do Grupo de Estudos: Desenvolvimento. Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Seu plano de trabalho está inserido em um projeto de pesquisa maior denominado "Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e seu entorno: levantamento socioeconômico", desenvolvido pelo grupo de estudos. A pesquisa consistiu em elaborar um levantamento sobre as formas de produção e organização social das comunidades da Reserva Extrativista (RESEX) Tauá-Mirim e seu entorno, situadas na Zona Rural de São Luís - MA, atendendo à demanda de se produzir um maior conhecimento sobre a organização social, produção local, saberes e práticas de comunidades situadas na RESEX, reconhecendo sua importância para a conservação da biodiversidade, frente aos impactos ambientais e conflitos vivenciados com os grandes empreendimentos.

Palavras-chave: Resex Tauá-Mirim; comunidades tradicionais; produção local.

ABSTRACT

This work arises within the scope of the activities of the Study Group: Development, Modernity and Environment (GEDMMA), linked to the Department of Sociology and Anthropology (DESOC) and the Graduate Program in Social Sciences (PPGCSoc) of the Federal University of Maranhão (UFMA). Its work plan is part of a larger research project called "Tauá-Mirim Extractive Reserve and its surroundings: socioeconomic survey", developed by the study group. The research consisted of preparing a survey on the forms of production and social organization of the communities of the Extractive Reserve (RESEX) Tauá-Mirim and its surroundings, located in the Rural Area of São Luís - MA, meeting the demand to produce greater knowledge about a social organization, local production, knowledge and practices of communities located in the RESEX, recognizing its

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). E-mail: madian.frazao@ufma.br









APOIO





¹ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (PIBIC/FAPEMA). Integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). E-mail: luana.appel@discente.ufma.br



CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

importance for the conservation of biodiversity, in view of the environmental impacts and conflicts experienced enterprises.

Kevwords: Resex Tauá-Mirim; traditional communities; local production.

1 INTRODUÇÃO

A organização social em defesa do território tradicional e da biodiversidade. pelas comunidades que compõem a Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim, tem seu processo jurídico iniciado na década de 1970, com a formação de algumas associações de moradores, como a União Beneficente dos Moradores do Coqueiro (1970); a União de Moradores do Bairro Tauá-Mirim (1976); e a Associação de Moradores do Taim (1987), conforme aponta o Processo nº 02012.001265/2003-72 (MMA, 2015).

Cabe ressaltar que as Reservas Extrativistas são modalidades de Unidades de Conservação (UCs) que foram instituídas no Brasil através da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, implementando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conhecido como SNUC, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades (nas esferas federal, estadual, municipal e também distrital). As UCs, conforme o art. 7º da Lei 9.985/2000, dividem-se em dois grupos com características bem específicas: Unidades de Proteção Integral (admitese apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvo exceções previstas na própria lei) e Unidades de Uso Sustentável (nas quais os recursos naturais podem ser utilizados diretamente, desde que de maneira sustentável, como é o caso das Reservas Extrativistas).

Sobre a gênese do processo da defesa do território pelas comunidades da área que posteriormente seria pleiteada como Resex Tauá-Mirim, esta se dá num processo de resistência contra as especulações voltadas para a implantação do Programa Grande Carajás, aprovado em 1980, através do Decreto-lei nº 1.813 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 (SBRANA, 2015). A partir dos decretos, o Programa Grande Carajás (PGC) destina uma área de cerca de 900 mil quilômetros quadrados, nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, com vistas a implantar estrutura para a













CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

extração e transporte de minério, que viria a ser realizado por empresas nacionais e multinacionais. Além disso, o programa oferecia incentivos financeiros e tributários, voltados para a implantação de grandes empreendimentos (Mapa de Conflitos, 2019).

A Estrada de Ferro Carajás passa a ser administrada pela Companhia Vale do Rio Doce (VALE), que transporta o minério a céu aberto, vindo das grandes minas do sudeste do Pará até o litoral maranhense, onde foi implantado o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui e da Ponta da Madeira, responsáveis pelo escoamento. Nos entornos do Complexo Portuário, foi formado o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR/Alcoa), além da base de armazenamento e estocagem de minério da VALE. (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

A área onde todos esses empreendimentos foram implantados se situa na mesma região onde estão localizadas comunidades que compõem a Resex Tauá-Mirim e seu entorno, na zona rural de São Luís, causando desde seu início danos ambientais e impactos aos modos de vida de seus moradores e moradoras, seja pela poluição, pelo assoreamento de rios e igarapés, pela diminuição dos manguezais e florestas, pela espoliação dos territórios, entre outros.

A partir da percepção sobre os danos ambientais, que poderiam impactar não só os territórios tradicionais, mas toda a população da grande ilha de São Luís, as comunidades se voltam para o debate e articulações em torno da preservação ambiental. Em 1985 é realizada uma reunião entre os moradores, na comunidade de Jacamim, quando se comprometem com a luta pela conservação dos recursos naturais da ilha de Tauá-Mirim (MMA, 2015). Durante a década de 1990, são fundados movimentos sociais, tais como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e o Fórum Carajás, que passam a atuar de forma conjunta na defesa dos territórios tradicionais e preservação ambiental, aprofundando o debate em espaços comunitários (SBRANA, 2015).

Alberto Cantanhede, pescador, membro do MONAPE e uma das lideranças na comunidade do Taim, acompanhou todo esse processo de articulação e é um dos interlocutores deste trabalho. Alberto, que é popularmente conhecido como Beto do Taim, afirma que as discussões em torno da criação de uma reserva extrativista foram iniciadas no ano de 1996, em uma ação articulada entre as comunidades do Taim,













CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Porto Grande, Cajueiro, Limoeiro, Rio dos Cachorros e Vila Maranhão, contando com a participação e apoio de movimentos sociais e pesquisadores(as).

Entre as reflexões abordadas pelas comunidades, destacava-se a preocupação com o impacto ambiental, que vinha se estendendo sobre seus territórios e afetando diretamente o seu modo de vida. Além disso, havia a preocupação com os desdobramentos que os danos ambientais poderiam causar para toda a ilha, conforme apontado por Maria Máxima Pires, liderança na comunidade de Rio dos Cachorros e interlocutora da pesquisa.

No ano 2000 é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei nº 9.985. A partir daí, as comunidades passam a voltar suas articulações para o cumprimento das diretrizes propostas pelo sistema, além de continuar realizando reuniões, produzindo abaixo-assinados e participando de discussões na esfera pública, no intuito de chamar a atenção dos governantes sobre a importância da questão ambiental, não só para as comunidades, mas para toda a população de São Luís.

No ano de 2002 foi publicado o decreto Estadual nº 18.842/2002, que estebelece o território como Zona Rural, compreendendo uma área de 17.776 hectares. No ano seguinte, é enviado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)³ um abaixo assinado com 137 assinaturas, com o objetivo de abrir o processo de criação da Resex do Taim, primeiro nome escolhido para a unidade de conservação.

Nos anos seguintes o debate em torno da criação da reserva extrativista foi se intensificando, agregando outras comunidades e recebendo apoio de movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores(as) e universidades, culminando no encaminhamento do processo para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), logo após a sua criação, em 2007. A partir desse mesmo ano, representantes de setores governamentais e empresariais adentram de forma mais contundente no debate e passam a se manifestar contrários à criação da reserva

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado no ano 2000, foi coordenado pelo IBAMA até o ano de 2007, quando ocorre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para onde a gestão do sistema é migrada.













CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

extrativista, pois seu objetivo para o território seria convertê-lo em zona industrial. Com isso, os conflitos de interesses ficam mais evidentes, principalmente por conta da estreita relação entre esses dois setores.

De acordo com Sbrana (2015), os conflitos sobre o uso do território se desdobram em certa morosidade no processo, e com isso, no ano de 2008, o Ministério Público Federal (MPF) passa a averiguá-lo, sendo encaminhado em setembro do mesmo ano para o Ministério do Meio Ambiente e posteriormente para a presidência da República. Houve pareceres favoráveis da Advocacia Geral da União (AGU) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), contudo foi apontada a existência de uma unidade de conservação com o nome de Taim, no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, sugere-se a substituição para o nome de Tauá-Mirim, que foi aceito pelo Ministério do Meio Ambiente e passou a ser adotado a partir de então.

Por conta do conflito de interesses com os setores governamentais e empresariais, apesar dos pareceres favoráveis, o processo jurídico continuou se arrastando por anos, ao passo que as comunidades seguiram se articulando, de forma autônoma e junto a movimentos sociais, em torno da luta pelo reconhecimento da Resex, pela defesa dos territórios e conservação da biodiversidade.

A partir da noção de que a conservação ambiental no território representa garantia de vida para seus moradores(as) e também para toda São Luís, e ainda, frente à toda morosidade do processo, as comunidades realizam no dia 17 de maio de 2015 uma Assembleia Popular, na comunidade do Taim e se autoproclamam Reserva Extrativista Tauá-Mirim, dando continuidade na luta por reconhecimento da unidade de conservação e garantia do território tradicional.

Em 6 de novembro de 2015, as comunidades e movimentos sociais provocam uma reunião, cuja pauta foram situações de ameaça vivenciadas por moradores(as) da Resex Tauá-Mirim. A referida reunião contou com a presença dos Promotores de Meio Ambiente do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público Estadual (MPE) no Maranhão, de representantes do Instituto da Cidade (órgão da Prefeitura Municipal de São Luís), quando estes solicitaram dos pesquisadores envolvidos na











19 a 22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

discussão um levantamento prévio das comunidades localizadas na área de amortecimento da Resex.

Representantes de setores empresariais e governamentais passam a afirmar que o território em questão não é produtivo e tentam justificar com esse discurso a expansão dos grandes empreendimentos, ignorando todo o dano social e ambiental envolvido. As comunidades, por outro lado, realizam práticas econômicas tradicionais, com destaque para a agricultura familiar, pesca artesanal e o extrativismo vegetal, garantindo um uso do território pautado na defesa da sustentabilidade ambiental, na soberania alimentar e no bem viver (ACOSTA, 2016; KRENAK, 2020).4.

A pesquisa parte, portanto, da demanda de se produzir um maior conhecimento sobre a organização social, produção local, saberes e práticas de comunidades situadas na Resex Tauá-Mirim, reconhecendo sua importância para a valorização e conservação da biodiversidade, frente aos impactos ambientais e conflitos vivenciados com os grandes empreendimentos.

A metodologia trabalhada foi a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009), método que propõe uma pesquisa e produção de conhecimentos com caráter técnico e social, buscando-se situar o ponto de partida em uma perspectiva de aproximação da realidade social tomada por meio de uma construção dinâmica e/ou participativa, levando em conta as dimensões micro e macro e as relações entre os sujeitos sociais presentes em uma realidade.

2. RESEX TAUÁ-MIRIM: território que produz vida

A Resex Tauá-Mirim, localizada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, compreende as comunidades Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão, Amapá, Embaubal, Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Tauá-Mirim

⁴ Para Acosta (2016) e Krenak (2020), o bem viver é abundância que a Terra proporciona como expressão de vida. A expressão é pautada na garantia da vida e é comumente utilizada por comunidades tradicionais para se referir à uma relação equilibrada e respeitosa, com a terra e entre os povos que a habitam.







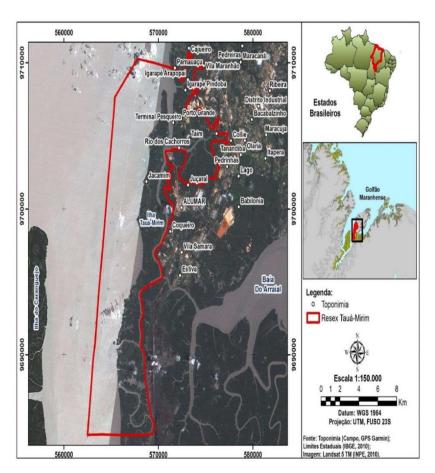




e Parnauaçu no Cajueiro (IBAMA, 2007), abrangendo grande parte da zona rural do município de São Luís.

O território tem imensa relevância para a conservação da biodiversidade na ilha, por ser região costeira, composta por inúmeros manguezais que amortecem as marés, além de florestas, rios e igarapés, fontes de manutenção da vida e reprodução de todo o meio ambiente. Além disso, é composto por doze comunidades tradicionais (GEDMMA; NERA; NEGO; NUPEDD, 2016), que neste chão produzem alimento, moradia e bem viver.

Figura 1 – Localização da área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão.



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth; Mapa elaborado por Clarissa Lobato Da Costa (2017) a partir de delimitação feita pelo ICMBio em 2012.











CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Os resultados que serão apresentados a seguir, foram obtidos no primeiro plano de trabalho de iniciação científica para levantamento socioeconômico, com pesquisa de campo realizada entre dezembro de 2021 e julho de 2022, contando com a participação de moradores(as) das comunidades de Porto das Arraias, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim e Parnauaçu (Cajueiro).

No total, foram entrevistadas vinte e cinco pessoas, sendo dezessete mulheres e sete homens. Sobre cor ou raça, onze pessoas se declaram pretos(as); oito pessoas se declaram pardos(as); duas brancos(as); e duas afroindígenas. Sobre o tempo que residem no local, apenas uma pessoa informou residir há menos de 5 anos. Quatro informaram estar na comunidade há um período entre 11 e 20 anos, enquanto vinte pessoas afirmam residir na comunidade há mais de 21 anos. Dessas vinte, 11(onze) são nascidas nas comunidades tradicionais e vêm de gerações de famílias que já residiam no território. As outras 09 (nove) pessoas se deslocaram de outras comunidades, por motivos relacionados à espoliação causada pela instalação de empreendimentos capitalistas e/ou obras estatais.

Por se tratar de um território de grande biodiversidade, as comunidades da Resex Tauá-Mirim têm a produção de quintal e/ou de roçado e a criação animal, associadas à pesca, mariscagem e extrativismo vegetal, como forma de garantir a segurança alimentar e o acesso à renda. Todas as pessoas entrevistadas informaram realizar pelo menos uma atividade de produção em sua residência, associada ao extrativismo e/ou pesca e mariscagem.

Tabela 1: Entrevistados(as) por comunidade que informaram realizar atividades de produção em áreas da Resex Tauá-Mirim

Comunidad	Total de	Atividades de produção realizadas						
е	pessoas	Produção	Produção	Criação	Pesca e/ou	Extrativis		
	entrevistada	de roça	de quintal	animal	mariscagem	mo vegetal		
	s							
Porto das	04	02	02	04	02	04		
Arraias								

















ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA ASSE DE LUKÁCS

Porto	07	01	05	02	03	07
Grande						
Rio dos	07	05	07	05	06	07
Cachorros						
Taim	06	01	05	03	04	06
Parnauaçu	01	-	01	01	-	01
TOTAL	25	09	20	15	15	25

Todas as pessoas entrevistadas informaram que através do resultado de sua produção garantem o consumo próprio do núcleo familiar, doando o excedente para parentes que moram em outras residências, e também, fazendo doações ou trocas com outras famílias de sua comunidade. Treze entrevistados(as) informaram que também comercializam sua produção, como importante forma de acesso ou incremento à renda.

No território onde se situa a Resex Tauá-Mirim são extraídas diversas culturas vegetais, tais como jucara, babacu, buriti, murici, urucum e outros, além de palha, madeira e mangue para a construção de moradias. Através da pesca e mariscagem, seus moradores e moradoras acessam pelo menos 18 qualidades de peixes e 05 qualidades de crustáceos, organizando-se em alinhamento com os períodos de defeso de cada espécie. Nas roças e quintais, produzem culturas como mandioca, macaxeira, milho, feijão, quiabo, maxixe, vinagreira, plantas medicinais, frutíferas e canteiros de horta.

Sobre a comercialização dos produtos, esta é feita através de pequenos comércios locais, participação em feiras diversas, atendendo a encomendas de clientes finais, e principalmente, através da Feira da Resex Tauá-Mirim, que é estratégia conjunta das comunidades, no intuito de escoar sua produção e reivindicar o reconhecimento da reserva extrativista autoproclamada.

A realização da Feira da Resex é coordenada pelo Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim e conta com o apoio de parceiros, como a APRUMA⁵, o GEDMMA, o

⁵ A APRUMA é a seção sindical que representa o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN, no estado do Maranhão.













APOIO

Movimento Sem Terra (MST)⁶, a Associação Agroecológica Tijupá⁷ e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sendo o *campus* de São Luís da UFMA o espaço onde a referida feira vem sendo realizada.

Por conta do período de pandemia iniciado em 2020, que impactou diretamente na realização de atividades presenciais, tendo havido inclusive a modificação do ensino na universidade para o formato remoto e posteriormente híbrido, a feira ficou suspensa por mais de dois anos. Contudo, a partir da retomada das atividades presenciais no ano de 2022, foi planejado e executado seu retorno, com a realização de duas edições, uma no dia 22 de junho e outra no dia 15 de setembro. A feira do dia 22 de junho contou com a participação de trinta e quatro representantes das comunidades, que comercializaram os resultados de sua produção, totalizando uma soma de R\$ 6.634,00 em vendas. Já a feira de 15 de setembro, dentro de uma programação mais geral com várias atividades que aconteciam no Campus de São Luís (UFMA), durante a 1ª Mostra Científica, Artística e Cultural promovida pela APRUMA, contou com a participação de 25 pessoas das comunidades e um total de R\$ 3.412,00 em vendas.

Além da possibilidade de geração de renda para as comunidades, a feira representa a autoafirmação do território da Resex Tauá-Mirim como produtivo, contrapondo o discurso promovido pelos representantes de setores empresariais e governamentais que afirmam que o território não produz. Contudo, o que as comunidades dizem a respeito dessa produção vai muito além da noção de lucro, estando ligada à manutenção da vida.

2.1 Lideranças comunitárias: compromisso e luta em defesa do território e da conservação da biodiversidade

As comunidades tradicionais da Resex Tauá-Mirim relacionam-se com a terra conforme a noção observada em SANTOS (2011), a partir do pertencimento,

⁷ A Tijupá trabalha e fomenta o desenvolvimento de iniciativas na produção agroecológica na ilha de São Luís, promovendo e apoiando a realização de feiras de coletivos e comunidades.













⁶ O Movimento Sem Terra (MST) está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, atuando no apoio, luta e organização social dos trabalhadores rurais em defesa dos territórios e da reforma agrária no Brasil. Disponível em: https://mst.org.br/quem-somos/

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

identidade, garantia de vida e espaço, na qual dialogam as dimensões material e espiritual. Por ser composto por florestas, rios, igarapés e inúmeros manguezais, que amortecem as marés, o território da reserva extrativista é fonte de manutenção da vida e reprodução de todo o meio ambiente, contribuindo ainda com o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas causadas pela poluição e aquecimento global.

A preservação da biodiversidade para as comunidades da Resex está ligada à manutenção da vida de seus moradores e moradoras, mas também de todas as pessoas que residem em Upaon-Açu⁸, a grande ilha que compreende os municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís.

Por outro lado, há também a relação espiritual das comunidades com o território, que consideram ser morada dos encantados que ali habitam muito antes da chegada de quem hoje o ocupa fisicamente. É a partir deste entendimento, que Maria Máxima Pires, a Dona Máxima, de Rio dos Cachorros, conta histórias de sua infância, quando participava de festejos nas casas/terreiros de Tambor de Mina que cultuam tais encantados. Para ela, o território da reserva extrativista é sagrado, é espaço de fundamento e força para toda a encantaria maranhense.

Para Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, a luta pela defesa do território e sua relação com ele perpassa toda sua vivência, seu modo de vida, sua relação com a família, comunidade e espiritualidade, partindo de uma noção de pertencimento de tudo isso com a natureza. Beto é pescador e marisqueiro, membro do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e tem atuado na luta pelo reconhecimento da reserva extrativista desde o seu início.

Resistir às investidas do capital de implantar e/ou expandir grandes empreendimentos no território tem sido missão árdua dos(as) moradores(as), impactando principalmente as lideranças, que articulam e estão à frente das lutas. Além disso, os impactos ambientais se desdobram em problemas que são vivenciados pelas comunidades em seu cotidiano e impactam negativa e diretamente em seus modos de vida.

⁹ Encantaria é uma manifestação espiritual e religiosa afro-ameríndia, muito difundida no estado do Maranhão, podendo estar associada à Pajelança ou Cura, ao Terecô, ao Babaçuê e o Tambor de Mina.



PROMOÇÃO











⁸ O nome Upaon-Açu foi dado pelos Tremembés (Tupi-Guarani) e significa "ilha grande".

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

A pesquisa identificou alguns desses impactos e problemas, dos quais destacam-se: a poluição dos rios e destruição de nascentes, igarapés e brejos; o impedimento de acesso à floresta; impedimento de acesso ao mar; destruição da economia local; conflitos nas comunidades; ameaças; entre outros. Esses problemas foram relatados tanto pelos(as) entrevistados(as) que responderam ao questionário, como também pelas lideranças interlocutoras da pesquisa, que já os vivenciaram durante seu processo de luta.

A família de João Germano da Silva, o Seu Joca, é a última que permanece residindo e resistindo na praia de Parnauaçu, na comunidade do Cajueiro. O território é cercado por grandes empreendimentos e local pretendido para a implantação de um novo Porto, planejado pela WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, em articulação com setores empresariais e governamentais, em uma parceria Brasil e China, sendo posteriormente comprada pela Cosan S.A¹⁰.

Seu Joca conta que a chegada desse empreendimento se deu sem nenhuma consulta prévia às comunidades e impactou diretamente na vida de todos. Houve situações de ameaça e intimidação a moradores(as), remoções arbitrárias com derrubadas de casa, além de conflitos dentro do território, com isso, diversas pessoas foram vendendo suas casas e se retirando, exceto seu Joca e sua família, que não pretendem sair de lá.

O que as três lideranças comunitárias têm comum é o sentimento de pertencimento com o chão e a revolta com os abusos cometidos pelos representantes dos empreendimentos, que invadem os territórios, e pelos representantes de setores governamentais que são coniventes com tais práticas, ignorando a existência das comunidades e toda sua trajetória de luta em defesa dos territórios e do meio ambiente.

Por fim, destacamos a fala de Dona Máxima, feita durante a Feira da Resex Tauá-Mirim realizada em junho de 2022:

¹⁰ Cosan S.A. é uma empresa brasileira que desenvolve negócios nas áreas de açúcar, álcool, energia, lubrificantes e logística. Disponível em: https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/grupo-cosan/



PROMOÇÃO











CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Nós estamos lutando por esse território que é nosso, mas que produz vida não só pra gente e sim pra todos os moradores dessa ilha. A nossa Resex tem uma porção de bens naturais, florestas, águas, mangues, que dão conta de equilibrar o ambiente de toda São Luís. A nossa Resex dá alimento, pra todos nós e pra muita gente dessa ilha. Não fosse as nossas florestas, não sei como essa cidade estaria por conta de toda essa história de todo esse aquecimento global. As nossas comunidades, que compõem a reserva extrativista, são os guardiões dessa terra, que nada mais é do que os pulmões de São Luís. Se deixarem que isso se acabe, se acabam todos nós.

6 CONCLUSÕES

O levantamento socioeconômico realizado com as cinco comunidades tradicionais apresenta dados evidentes de que o território é produtivo, o que se contrapõe ao discurso promovido por representantes de setores empresariais e governamentais que afirmam o contrário. Na reserva extrativista as comunidades tradicionais produzem seu alimento, moradia, renda e modo de vida, pautadas no bem viver e na abundância que a Terra proporciona como expressão de vida (ACOSTA, 2016; KRENAK, 2020).

As discussões em torno da criação da Resex tiveram seu início no ano de 1996, articulando diálogos e ações com movimentos sociais, pesquisadores(as) e poder público, a fim de chamar a atenção para a necessidade de conservação da biodiversidade no território, e, apesar de pareceres favoráveis, o processo ainda esbarra em conflitos de interesse, devido ao intuito das grandes empresas em implantar e/ou expandir seus empreendimentos.

O reconhecimento legal da reserva extrativista representa a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência e/ou reprodução da biodiversidade, garantindo vida para as comunidades tradicionais, mas não só. A conservação do território representa manutenção da vida para toda a população de São Luís. Portanto, concluímos com a seguinte pergunta: quanto tempo mais o Estado brasileiro vai demorar para reconhecer legalmente a Reserva Extrativista Tauá-Mirim?















REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem vive: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BRASIL. <u>Ministério do Meio Ambiente</u>: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). <u>Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservação-da-natureza-snuc Acesso em 06/06/2022.</u>

COSTA, Clarissa Lobato Da Costa. **Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a criação da reserva extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais da Universidade Federal do Ceará. Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. HUCITEC/NUPAUB, 2008.

ESTRELA, Lillian Mércia Benevenuto. Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas: Para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem estar e qualidade de vida? Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião**: a Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação. Teresina: Cancioneiro, 2022.

GEDMMA; NERA; NEGO; NUPEDD. Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. São Luís: Relatório de pesquisa realizado por Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA), Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO), Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (NUPEDD), da Universidade Federal do Maranhão, 2016. Mimeo.

INSTITUTO SocioAmbiental (ISA). **O que é uma Reserva Extrativista?** Disponível em: https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/153468 Acesso em 13/06/2022.













IBAMA. Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-MA. São Luís, 2007.

KOZEL, Salete; REGO, Nelson: Narrativas, Geografias e Cartografias - para viver é preciso espaço e tempo, Volume I. Editoras Compasso e Geociência, Porto Alegre, 2020.

KRENAK, Ailton. "Caminhos para a cultura do Bem Viver". In Semana do Bem Viver da Escola Parque do Rio de Janeiro. Organização: Bruno Maia. Rio de Janeiro, 2020.

LITLLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UNB Digital, 2002. Série Antropologia, n. 322.

MAPA DE CONFLITOS: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil.** 2019. Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-perversidades-sociais-e-ambientais-no-caminho-da-estrada-de-ferro-carajas/ Acesso em 05/06/2022.

Ministério Público Federal. Laudo Técnico 07/2012. São Luís, 2012 In MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.** 2015. 6 volumes. Mimeo.

ROBINSON, Willian I. Una teoria sobre el capitalismo global: Producción, clases y Estado en un mundo transnacional. Ediciones Desde Abajo, Bogotá, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR; H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais:** A Resex de Tauá-Mirim. São Luís – MA: EDUFMA, 2009.

SANTOS. Milton. O dinheiro e o território. In: Milton Santos [et al.] (Orgs.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. "Dissecando Narrativas: conflitos ambientais e trajetórias individuais e coletivas no processo de instituição autônoma da reserva extrativista de Tauá-Mirim em são luís, maranhão (1996 - 2015). In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História (ANPUH-Brasil)**, Recife, 2019.

THIOLLENT, Michel: Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2009.









